

Livres e diretas o quanto antes

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

Em 1984 saímos aos milhões para as ruas e praças na luta pelas eleições livres e diretas para a Presidência da República. Falávamos em "diretas-já", mas até agora elas ainda não se realizaram, nem efetivamente marcadas estão. Continuo sendo a favor de que sejam realizadas o quanto antes, sob condições as mais livres e democráticas possíveis.

Em termos práticos, para que a Constituinte possa estabelecer regras de um processo eleitoral que possibilite aos partidos políticos e aos cidadãos efetivamente participarem em condições equitativas, seria razoável marcarmos as eleições para 1988, o que significaria conferir ao atual presidente um mandato de quatro anos no máximo. Seria, entretanto, garantido o seu direito de ser eleito, pela primeira vez diretamente, e portanto, reconduzido ao cargo por mais quatro anos, desde que as regras permitissem suficiente condição de competição aos adversários.

No Brasil há hoje 4.118 chefes de Poder Executivo, incluindo o presidente da República, os governantes de 23 Estados, do Distrito Federal e de três Territórios, e os prefeitos de 4.090 municípios. Excetuando-se os casos dos governadores e prefeitos no Distrito Federal e nos Territórios, o presidente José Sarney é o único que não é eleito diretamente pelo povo, o que distingue



significativamente o seu grau de legitimidade em relação aos demais.

Poder-se-á argumentar que a atual Constituição prevê um mandato de seis anos e que seria conveniente que a eleição de um novo presidente coincidisse com a de um novo Congresso Nacional. Mas todos têm na lembrança o compromisso tácito de Tancredo Neves e da maioria que argumentaram em favor de sua eleição pelo Colégio Eleitoral de que o quanto antes promoveriam a democratização do país pelo processo de livre escolha do presidente. O próprio Colégio Eleitoral, que o elegeu, já não existe mais. A composição do novo Congresso constituinte, ainda que dando a maioria aos partidos que compõem a Aliança Democrática, base de sustentação do governo, é muito diversa da que elegeu Tancredo Neves e José Sarney. Nada garante que hoje fizessem a mesma escolha.

No segundo semestre de 1984, estava o então candidato à Presidência da República Tancredo Neves em campanha quando o encontrei no corredor do Congresso Nacional. Como deputado federal, expliquei-lhe que não poderia quebrar os compromissos que assumi na campanha de 1982 quando colocara firmemente que só aceitaria a eleição direta para a Presidência. Tancredo Neves afirmou-me que iria ao Colégio Eleitoral para destruí-lo para sempre. Destruí-lo, portanto, em seus efeitos, o quanto antes. Efeitos que resultaram da composição de forças que incluía o

braço mais conservador representado pelo ex-presidente do PDS e que fora escolhido para ser seu companheiro de chapa, hoje o presidente da República.

A morte de Tancredo Neves e a assunção de José Sarney, por mais que este tenha procurado seguir semelhantes objetivos, alterou o equilíbrio de forças dentro da Aliança Democrática, colocando um poder maior de veto nas mãos de forças conservadoras a quaisquer iniciativas mais ousadas que pudessem alterar em maior profundidade o quadro social brasileiro. Assim entramos no terceiro ano de sua gestão com empenhamentos que impedem a rápida realização da reforma agrária, a participação dos trabalhadores na gestão dos fundos sociais de que são nominalmente proprietários e na própria construção de uma nova organização econômica.

O agravamento da crise econômica, as ameaças de hiperinflação e de recessão, por seu turno, têm colocado ainda mais em cheque a questão da legitimidade do governo José Sarney. São claras as vantagens da conquista da maior legitimidade. A tomada de decisões difíceis perante quaisquer setores internos ou internacionais seria mais fácil, porque com maior respaldo, por um governo eleito diretamente pelo povo, que adotasse uma política previamente discutida em campanha e aprovada pelo voto popular.

Não será fácil, porém, convencer o presidente José Sarney de que a própria natureza provisória de seu mandato

seria modificada caso ele resolvesse se pronunciar a favor de que a Constituinte demarcasse o seu mandato em quatro anos, garantindo-lhe o direito à reeleição. Está mais do que ciente o presidente de que, dentro do partido com grande hegemonia na Aliança Democrática após as últimas eleições, o PMDB, não seria ele o escolhido para ser candidato à sua própria sucessão. Nem seria tão fácil, ainda que escolhido candidato, ganhar as eleições com o apoio do outro braço da mesma aliança, o PFL, que é forte no poder mas mais fraco eleitoralmente.

Em verdade, o que efetivamente poderá trazer para os brasileiros a conquista das eleições diretas para a Presidência da República, no prazo mais breve possível, é a efetiva mobilização popular. Claro está que, a decisão está nas mãos dos constituintes que só se farão sensíveis na medida que a população criar múltiplas formas de se fazer ouvida por seus representantes. Mas tão importante quanto termos as diretas será uma legislação e um procedimento da Justiça que coíba o abuso do poder econômico, da máquina administrativa e que garanta o mínimo de igualdade de condições entre os candidatos e partidos na disputa eleitoral.

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, 45, doutor em Economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA), é professor-titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP) e foi deputado federal pelo PT-SP.